

Perigo para Fernando Henrique



Que pode se converter em mais uma derrocada de um governo civil

Já é tempo de o presidente Fernando Henrique Cardoso afirmar a autoridade que lhe foi conferida por 54% do eleitorado, em vez de simplesmente contornar crises com o que se chama, no Brasil, uma boa conversa.

É evidente que se procura paralisar o reformismo institucional do governo, que vai da entrada de capital estrangeiro e tecnologia para projetos essenciais como a Amazônia a se permitir que a iniciativa particular e não apenas o Estado deficitário monopolize setores em que nos encontramos em lamentável atraso, de minérios a telecomunicações. A própria questão do funcionalismo, a reforma administrativa, que facultaria ao governo meios de reduzir os R\$ 37 bilhões ao ano, gastos na maioria em favor de currais eleitorais, dos quais milhares de beneficiários ganham mais do que o

prescrito pela Constituição de 1988, tudo isso, em suma, está na raiz do que é uma revolta contra o governo Fernando Henrique. Revolta que, não debelada, pode se tornar coisa mais séria.

A estapafúrdia decisão do Tribunal Superior do Trabalho de conceder aumento de 25% aos empregados do arcaico Banco do Brasil, cujo déficit de fevereiro a outubro foi de US\$ 4,2 bilhões, visa provocar surtos de greves reivindicatórias que derrubem o Real, cuja estabilidade é a carta-trunfo do governo Fernando Henrique, e cujo desabar certamente coincidiria, na melhor das hipóteses, com o impasse total do governo.

Governo que não é vítima inocente. Governo sem cara definida, hesitante e dispersivo, em que seus principais membros parecem envolvidos num faroeste burocrático, tentando uns anular os

outros, ou, então, se omitindo em questões importantes, ou, pior ainda, emitindo disparates, como o ministro das Telecomunicações, Sérgio Motta, que diz que só serão aceitos investimentos em telecomunicações se 51% do capital for brasileiro. Que capital é esse, de onde virá? Pelos cálculos do próprio ministro, seriam necessários R\$ 40,8 bilhões para a participação brasileira. Não há disponibilidade desse dinheiro de origem particular. O Estado é incapaz de arrecadá-lo, como demonstrado pela inépcia perdulária da Petrobrás, que só investe em benefício próprio, e da Telebrás, que, no fim do século 20, parece incapaz de prover um telefone de fio para que um pequeno comerciante possa abrir as portas.

Como de costume, nada disso é discutido como deve ser, isto é, com referência ao que está em jogo, a modernização do Brasil, ou como alternativa, o de costume, marcha de caranguejo do País, para trás. Toda semana, todo dia, aparecem acusações de corrupção em empreendimentos patrocinados pelo governo. Corrupção é coisa muito ruim e deve ser ex-

tirpada na raiz. Agora, seu sentido é muito mais amplo do que os inimigos do progresso lhe atribuem, como o suborno de e por empreiteiras em contratos governamentais. Corrupção é ter acima de 11 mil funcionários públicos ganhando mais do que a Constituição permite. Corrupção é manter, à custa dos cofres públicos e do contribuinte de impostos e do miserável e marginalizado povo brasileiro, estatais improdutivas e deficitárias, exceto em causa própria de seus funcionários, sem prestar quaisquer serviços à comunidade.

Fernando Henrique foi eleito como presidente da reforma. De volta da China e da Malásia, onde pôde ver economias de países que eram atrasadíssimos, mas já nos ultrapassam em gerar riquezas, porque foram liberados de entraves burocráticos, deve usar com franqueza e rigor a autoridade que 54% dos eleitores lhe concederam. Senão, o perigo que corre no momento poderá se converter em mais uma derrocada de um governo civil no Brasil.